



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

Concurso Público para provimento de vagas de

Analista

Área Saúde – Especialidade Psicologia

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'M13', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

[Uma espécie complicada]

O grande biólogo norte-americano Richard Dawkins acredita sem qualquer hesitação na teoria de Darwin acerca da sobrevivência dos mais fortes e capazes e na importância da adaptação a mutações fortuitas na evolução das outras espécies, mas se declara contra a ideia do darwinismo social na evolução da sua própria espécie. Aceitar o darwinismo social seria aceitar posições conservadoras em matéria de política e economia, o que vai contra suas convicções progressistas.

Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin sobre a origem e o desenvolvimento das espécies, pregam o darwinismo social sob vários nomes: liberalismo, antidirigismo, antiassistencialismo etc. A sobrevivência, portanto, dos mais competitivos e sortudos, como no universo neutro de Darwin.

Esquerda progressista e direita conservadora trocam incoerências. A direita abomina a ideia de que o homem descende de animais inferiores, mas não tem problema com a ideia de que ele deve seu progresso à ganância que tem em comum com os chimpanzés. A esquerda aceita a ascendência de macacos e a evolução da sua espécie, mas não quer outra coisa senão um planejamento inteligente, humanista, para organizar a sua sociedade.

Progressistas costumam ser a favor do direito do aborto e contra a pena de morte. Conservadores, que denunciam a interferência indevida do Estado na vida das pessoas, invocam a santidade da vida para que o Estado proíba o aborto, e geralmente são a favor da pena de morte, a mais radical interferência possível do Estado na vida de alguém. Enfim, seja como for que chegamos a isto, somos uma espécie complicada.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 163-164)

1. Richard Dawkins, em relação à teoria darwinista, acredita que
 - (A) a evolução das espécies ocorre na disputa entre elas, ao passo que no caso do homem se dá no interior de específicas comunidades.
 - (B) na espécie humana a competição evolutiva de fato significativa ocorre mais na vida social que no aprimoramento biológico.
 - (C) a evolução social dos homens ocorre para além dos mesmos princípios de mutação que condicionam a evolução das demais espécies.
 - (D) a vida política é determinada pelos homens com critérios evolutivos semelhantes aos da preservação de outras espécies.
 - (E) a evolução biológica é determinante para que todas as espécies alcancem, cada uma em seu nível, um grau superior de sociabilidade.

2. As incoerências da esquerda progressista e da direita conservadora, de que trata o terceiro parágrafo, resultam do fato de que ambas as posições
 - (A) convergem nas teses fundamentais, mas dão maior peso às diferenças ocasionais.
 - (B) podem ser tendenciosamente maleáveis no estabelecimento dos valores que defendem.
 - (C) mostram desinteresse por compromisso com qualquer valor social mais consequente.
 - (D) divergem quanto aos métodos de atuação, mas não quanto aos ideais perseguidos.
 - (E) relutam em fazer qualquer acordo público, mesmo quando defendem idêntica tese.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *mutações fortuitas na evolução* (1º parágrafo) // transformações taxativas da progressão
 - (B) *aceitar posições conservadoras* (1º parágrafo) // ir de encontro a teses retrógradas
 - (C) *aceita a ascendência de macacos* (3º parágrafo) // acata a superioridade de símios
 - (D) *deve seu progresso à ganância* (3º parágrafo) // assume como vitoriosa sua ambição
 - (E) *denunciam a interferência indevida* (4º parágrafo) // acusam a intromissão inoportuna



4. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido de um segmento do texto caso se venha a
- (A) excluir as vírgulas em *Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin (...), pregam o darwinismo social* (2^o parágrafo).
 - (B) substituir o elemento sublinhado em *o que vai contra suas convicções progressistas* (1^o parágrafo) por **o que ratifica**.
 - (C) substituir a construção *não quer outra coisa senão um planejamento* (3^o parágrafo) por **não abre mão além de um planejamento**.
 - (D) iniciar com a forma verbal **Pregam** o período que começa por *A sobrevivência, portanto (...)* (2^o parágrafo).
 - (E) substituir a expressão *Já os conservadores* (2^o parágrafo) por **Mesmo os conservadores**.
-
5. Todas as formas verbais observam as normas de concordância e a adequada articulação entre tempos e modos na seguinte frase:
- (A) Richard Dawkins não aceitou que a teoria darwinista, em cujas formulações se explica a evolução das espécies, fosse extensiva à evolução social do homem.
 - (B) A se acreditarem nas ideias de um darwinismo social, dever-se-ão aceitar uma série de teses conservadoras, abominadas pela esquerda.
 - (C) Caso a esquerda e a direita não trocassem tantas incoerências, será menos problemático reconhecer os valores reais em que cada uma delas acreditassem.
 - (D) Supondo-se que a ala dos conservadores possam um dia aceitar a tese evolucionista de Darwin, seja mais fácil para ela defenderem a teoria de um darwinismo social.
 - (E) Questões vitais, tais como as que impliquem a polêmica sobre o aborto e a pena de morte, não dizia respeito apenas a um código, mas aos mais altos valores éticos.
-
6. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Nem sempre é fácil de distinguir entre teses, progressistas ou conservadoras, se ambas carecem de clareza onde busquem determinar seus princípios básicos.
 - (B) Dawkins buscou ser escrupoloso ao rechaçar na teoria de Darwin, o desafio de aceitar para a condição humana o que era legítima propriedade das outras espécies.
 - (C) O papel do Estado costuma ser debatido e identificado segundo a crença daqueles que avaliam a iniciativa estatal com base na ideologia que defendem.
 - (D) Não se espere que conservadores e progressistas vão entrar em acordo senão quando minimizarem as diferenças ideológicas que não os deixam se aproximarem.
 - (E) Dentro da teoria darwinista, um elemento escandaloso, é o de que os chimpanzés possam ser-nos equiparados, como ascendentes de uma mesma espécie fundamental.
-
7. Há adequada transposição de um segmento para a **voz passiva** em:
- (A) *acredita (...)* na teoria de Darwin // a teoria de Darwin tem seu crédito.
 - (B) *se declara contra a ideia do darwinismo social* // é declaradamente contrário ao darwinismo social.
 - (C) *pregam o darwinismo social sob vários nomes* // o darwinismo social é pregado sob vários nomes.
 - (D) *Esquerda (...) e direita (...) trocam incoerências* // esquerda e direita são incoerentemente trocadas.
 - (E) *Conservadores (...) invocam a santidade da vida* // a santidade da vida tem sido invocada por conservadores.
-
8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:
- (A) A lei da sobrevivência dos mais fortes (**concorrer**) para a explicação do evolucionismo darwinista.
 - (B) Um valor do qual, via de regra, não se (**afastar**) os conservadores é o da vantagem econômica.
 - (C) O direito de aborto é uma das teses pelas quais (**manifestar**) simpatia o progressista de esquerda.
 - (D) Não (**cabere**) ao Estado tomar iniciativas, segundo os conservadores, no plano dos valores individuais.
 - (E) De todas as considerações feitas pelo autor, (**resultar**) a conclusão de que nossa espécie é de fato complicada.



Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Sem privacidade

Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares, redes sociais e dispositivos outros das mais variadas conexões? Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio “ouvir conversa alheia”. Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais de todo mundo. Viajando de ônibus, por exemplo, acompanham-se em conversas ao celular brigas de casal, reclamações trabalhistas, queixas de pais a filhos e vice-versa, declarações românticas, acordo de negócios, informações técnicas, transmissão de dados e um sem-número de situações de que se é testemunha compulsória. Em clara e alta voz, lances da vida alheia se expõem aos nossos ouvidos, desfazendo-se por completo a fronteira que outrora distinguia entre a intimidade e a mais aberta exposição.

Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras, o humor de mau gosto disputa espaço com falácias políticas – tudo deixando ver que agora o sujeito só pode existir na medida em que proclama para o mundo inteiro seu gosto, sua opinião, seu juízo, sua reação emotiva. É como se todos se obrigassem a deixar bem claro para o resto da humanidade o sentido de sua existência, seu propósito no mundo. A discrição, a fala contida, o recolhimento íntimo parecem fazer parte de uma civilização extinta, de quando fazia sentido proteger os limites da própria individualidade.

Em meio a tais processos da irrestrita divulgação da personalidade, as reticências, a reflexão silenciosa e o olhar contemplativo surgem como sintomas problemáticos de alienação. Impõe-se um tipo de coletivismo no qual todos se obrigam a se falar, na esperança de que sejam ouvidos por todos. Nesse imenso ruído social, a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo. Pretender identificar-se como um sujeito singular passou a soar como uma provocação escandalosa, em tempos de celebração do paradigma público da informação.

(Jeremias Tancredo Paz, inédito)

9. Diante do fenômeno caracterizado no texto como *irrestrita divulgação da personalidade*, seu autor posiciona-se
- (A) com neutralidade, uma vez que se limita a descrever os novos procedimentos tecnológicos que viabilizaram as várias conexões sociais.
 - (B) com relutância, mas não deixa de encaminhar sua adesão aos meios técnicos que passaram a estabelecer novos vínculos entre as pessoas.
 - (C) de modo a estabelecer um vínculo entre o cuidado que havia com a privacidade e a forma pela qual esta inspirou o estabelecimento de conexões mais produtivas.
 - (D) de modo a confrontar a obsessão moderna pela irrefreável conectividade com a privacidade que era preservada nas relações sociais do passado.
 - (E) de modo a avaliar, com a isenção possível, as perdas e ganhos da nova conectividade social, comparada à inoperância dos velhos canais de comunicação.
-
10. Nos três parágrafos do texto, enumeram-se elementos que caracterizam, exemplificam e qualificam um mesmo fenômeno, tal como ocorre na seguinte sequência:
- (A) *privacidade / espaço público / testemunha compulsória* (1º parágrafo)
 - (B) *variadas conexões / intimidade / aberta exposição* (1º parágrafo)
 - (C) *emoções destemperadas / confissões perturbadoras / limites da própria individualidade* (2º parágrafo)
 - (D) *recolhimento íntimo / civilização extinta / fala contida* (2º parágrafo)
 - (E) *irrestrita divulgação da personalidade / reticências / olhar contemplativo* (3º parágrafo)



11. Considerando-se o contexto, o autor se vale do segmento
- (A) *de que se é testemunha compulsória* (1º parágrafo) para mostrar a disponibilidade de quem se abre para as novas conexões.
 - (B) *Em clara e alta voz* (1º parágrafo) para salientar o ostensivo afastamento dos limites da intimidade.
 - (C) *civilização extinta* (2º parágrafo) para defender a convicção de que tudo o que é obsoleto merece morrer.
 - (D) *recolhimento íntimo* (2º parágrafo) para criar um contraste radical entre esses dois termos.
 - (E) *imenso ruído social* (3º parágrafo) para enfatizar a eficácia da comunicação das vozes públicas.
-
12. Perdeu-se a antiga privacidade, enterramos a antiga privacidade sob os conectores modernos, tornamos esses conectores modernos nossos deuses implacáveis, sob o comando desses conectores modernos trocamos escandalosamente todas as informações mais pessoais.
- Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) enterramo-la – tornamo-los – sob cujo comando
 - (B) enterramos-lhe – tornamo-lhes – sob cujo comando
 - (C) enterramo-la – os tornamos – sob o qual comando
 - (D) a enterramos – tornamos-lhes – sob o comando deles
 - (E) enterramo-lhe – lhes tornamos – sob o comando dos quais
-
13. Considere as seguintes orações:
- I. Perdeu-se a antiga privacidade.
 - II. No lugar da antiga privacidade está uma irrestrita conectividade.
 - III. Não há mais recolhimento íntimo duradouro.
- Essas orações articulam-se num período cuja redação é clara, correta e coesa em:
- (A) Como não há mais recolhimento íntimo e duradouro, já que a antiga privacidade deu lugar à irrestrita conectividade, ei-la perdida.
 - (B) Não havendo mais a antiga privacidade, sem recolhimento íntimo duradouro, está em seu lugar a irrestrita conectividade.
 - (C) Uma vez perdida a antiga privacidade, conquanto em seu lugar esteja uma irrestrita conectividade, já não há mais recolhimento íntimo duradouro.
 - (D) O recolhimento íntimo duradouro, perdeu-se com a antiga privacidade, em cujo lugar agora é ocupado por uma irrestrita conectividade.
 - (E) Já não há recolhimento íntimo duradouro, visto que no lugar da antiga privacidade está agora uma irrestrita conectividade.
-
14. Está correto o emprego dos elementos sublinhados em:
- (A) As confissões perturbadoras às quais aprendemos a conviver não respeitam nosso direito à um mínimo de privacidade.
 - (B) Houve tempos onde era feio e indiscreto ouvir conversas alheias; hoje, propaga-se as falas em voz alta por toda parte.
 - (C) Não faltava a aquelas antigas conversas um tom de intimidade, tão raro hoje entre os que ainda lhe são capazes.
 - (D) O olhar contemplativo, no qual se dedicavam os viajantes de ônibus, já não flue pelas janelas.
 - (E) O vício das conexões, cujas malhas nos envolvem a todos, não é de todo mau, segundo os otimistas.
-
15. Os elementos sublinhados são exemplos de uma mesma função sintática no seguinte segmento:
- (A) *Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras...*
 - (B) *Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio "ouvir conversa alheia".*
 - (C) *Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais...*
 - (D) *Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares (...)?*
 - (E) *...a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo.*

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Carlos comeu a terça parte de uma pizza. Angelina chegou depois e comeu a metade do que Carlos havia deixado da pizza. Por último, Beatriz chegou e comeu o correspondente à metade do que Angelina havia comido. A fração que sobrou dessa pizza foi
- (A) $\frac{1}{6}$
- (B) $\frac{3}{8}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{1}{5}$
- (E) $\frac{1}{12}$
-
17. A razão entre as alturas de dois irmãos era $\frac{3}{4}$ e, nessa ocasião, a altura do irmão mais alto era 1,40 m. Hoje, esse irmão mais alto cresceu 10 cm. Para que a razão entre a altura do irmão mais baixo e a altura do mais alto seja hoje, igual a $\frac{4}{5}$, é necessário que o irmão mais baixo tenha crescido, nesse tempo, o equivalente a
- (A) 13,5 cm.
- (B) 10,0 cm.
- (C) 12,5 cm.
- (D) 14,8 cm.
- (E) 15,0 cm.
-
18. Um grupo de 8 funcionários analisou 32 propostas de reestruturação de um determinado setor de uma empresa em 16 horas de trabalho. Para analisar 48 dessas propostas, em 12 horas de trabalho, um outro grupo de funcionários, em igualdade de condições do grupo anterior, deverá ser composto por um número de pessoas igual a
- (A) 18.
- (B) 12.
- (C) 16.
- (D) 14.
- (E) 20.
-
19. Joaquim investiu em um fundo de investimento. Após um mês esse fundo havia se desvalorizado 10%. Joaquim quer retirar seu dinheiro do fundo quando houver uma valorização de 8% em relação ao que ele havia aplicado inicialmente. Para que isso aconteça é necessário que esse fundo valorize-se o equivalente a
- (A) 28%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 22%.
- (E) 18%.
-
20. Considere a afirmação:
- Ontem trovejou e não choveu.*
- Uma afirmação que corresponde à negação lógica desta afirmação é
- (A) se ontem não trovejou, então não choveu.
- (B) ontem trovejou e choveu.
- (C) ontem não trovejou ou não choveu.
- (D) ontem não trovejou ou choveu.
- (E) se ontem choveu, então trovejou.

**Legislação Institucional**

21. De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, caberá à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
- (A) prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de promoção, remoção e demais formas de provimento derivado.
 - (B) praticar atos próprios de gestão, supervisionados pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em razão da ausência de autonomia administrativa para tanto.
 - (C) praticar atos sobre a situação funcional do pessoal de carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios, ficando a decisão final sobre estes atos a cargo do Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
 - (D) propor à Assembleia Legislativa a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, com exceção da fixação dos vencimentos de seus membros e servidores.
 - (E) organizar suas secretarias, núcleos e coordenadorias e os serviços auxiliares das Defensorias Públicas, enviando proposta ao Governador do Estado até o dia 30 de junho de cada ano.
-
22. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/1994, os órgãos de atuação da Defensoria Pública da União, em cada Estado, serão dirigidos por Defensor Público-Chefe, designado pelo Defensor Público-Geral. Ao Defensor Público-Chefe, sem prejuízo de suas funções institucionais, compete, dentre outras,
- (A) remeter, anualmente, ao Corregedor-Geral, relatório das atividades na sua área de competência.
 - (B) delegar a coordenação das atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos Federais que atuem em sua área de competência ao Conselho Administrativo local da Defensoria Pública da União.
 - (C) enviar, mandatoriamente, a cada três meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
 - (D) deferir ao membro da Defensoria Pública da União sob sua coordenação direitos e vantagens legalmente autorizados, por expressa delegação de competência do Defensor Público-Geral.
 - (E) enviar, mandatoriamente, a cada seis meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
-
23. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, no tocante ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que
- (A) o mandato dos membros nomeados do Conselho Superior esgotar-se-á sempre em 31 de Janeiro, ainda que haja ocorrido retardamento na nomeação ou na posse.
 - (B) o mandato, dos membros do Conselho Superior nomeados pelo Governador do Estado é de dois anos, vedada a recondução.
 - (C) as decisões do Conselho Superior da Defensoria Pública serão tomadas por maioria absoluta, com a presença de no mínimo dois terços de seus membros.
 - (D) o Defensor Público que for nomeado para vaga de Conselheiro que não terminou mandato, iniciará novo mandato e não apenas o completará.
 - (E) compete ao Conselho decidir, por voto de dois terços de seus membros, acerca da destituição do Corregedor-Geral.
-
24. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, ao Corregedor-Geral compete, dentre outras atribuições,
- (A) apresentar ao Defensor Público-Geral, até o dia vinte de fevereiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.
 - (B) propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membro da Defensoria Pública do Estado.
 - (C) integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (D) dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Estado, com recurso para o Conselho Superior.
 - (E) proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.
-
25. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, o Subdefensor-Geral, será indicado pelo
- (A) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (B) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Defensor-Geral, dentre os membros da carreira.
 - (C) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (D) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.
 - (E) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.



26. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 11.795/2002, no tocante à remoção, é correto afirmar que
- (A) a remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público-Geral do Estado, no prazo de quinze dias, contados da data em que for publicado na Imprensa Oficial o ato declaratório da vacância.
 - (B) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, ouvido apenas o Defensor Público-Geral do Estado.
 - (C) na remoção a pedido, somente poderá ser deferida a quem já tenha completado dois anos de exercício na Comarca de atuação, excetuando-se os casos de remoção dentro da mesma Comarca.
 - (D) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência não poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, por vedação legal expressa.
 - (E) a remoção precederá o preenchimento da vaga por antiguidade.
-
27. Felícia é servidora pública do Estado do Rio Grande do Sul e está com matrimônio marcado para a próxima segunda-feira. De acordo com o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, em razão do casamento, Felícia, poderá se afastar por até
- (A) oito dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (B) cinco dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (C) cinco dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (D) oito dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (E) três dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
-
28. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, no tocante ao exercício dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, é correto que
- (A) exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo e dar-se-á no prazo de até noventa dias contados da data da posse.
 - (B) a nomeação em outro cargo, com a conseqüente exoneração do anterior, não interrompe o exercício.
 - (C) será obrigatoriamente concedido prazo suplementar de trinta dias para o servidor que não entrar em exercício no prazo legal estabelecido.
 - (D) a readaptação e a recondução interrompem o exercício.
 - (E) seu prazo legal, para os casos de reversão, será contado após 15 dias da data em que a sentença judicial transitar em julgado.
-
29. De acordo com a Lei Estadual nº 13.821/2011, conceitua-se a progressão como a
- (A) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada cinco anos.
 - (B) movimentação do servidor de uma classe para a seguinte, segundo os critérios de merecimento e de antiguidade.
 - (C) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que a progressão é mandatória.
 - (D) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada dois anos.
 - (E) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, condicionada à aprovação na avaliação de desempenho funcional.
-
30. De acordo com a Lei Estadual nº 13.536/2010, à Ouvidoria-Geral compete
- (A) elaborar e, em regra, divulgar relatório anual de suas atividades, que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos.
 - (B) julgar representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar.
 - (C) coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados.
 - (D) participar, sem direito a voz, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (E) manter contato esporádico com os vários órgãos da Defensoria Pública do Estado, estimulando-os a atuar em sintonia com os direitos dos usuários, quando cabível.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Consta na Resolução CFP nº 03/2016 que o profissional especialista em Psicologia da Saúde desenvolve ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e vigilância em saúde junto a usuários, profissionais de saúde e ambiente institucional, colaborando em processos de negociação e fomento à participação social e de articulação de
- (A) redes de atenção à saúde.
 - (B) normas psicossociais conforme a OMS.
 - (C) grupos comunitários politizados presentes no SUS.
 - (D) atendimento em grupo previsto no SUS.
 - (E) séries específicas de cuidado institucional.
-
32. O psicólogo suíço Jean Piaget, importante teórico da Psicologia do Desenvolvimento, explica que o conhecimento em si constitui um repertório de ações físicas ou mentais, tais como olhar para algo ou segurar alguma coisa de determinada maneira, ou categorizar essa coisa, mentalmente, como uma bola, ou denominá-la com a palavra bola, ou compará-la com outra coisa. Piaget usou o seguinte termo para referir-se a tais ações:
- (A) Ciclo Vital.
 - (B) Mecanismo de Defesa.
 - (C) Condicionamento.
 - (D) Esquema.
 - (E) Apego.
-
33. O surgimento da categoria *terceira idade* no imaginário cultural se deve à
- (A) exigência das sociedades industrializadas que desde o final do século XIX pressionavam a classe política para a criação de uma categoria que abrigasse o velho na sociedade de forma mais respeitosa e legitimada juridicamente.
 - (B) uma imposição do Estatuto do Idoso.
 - (C) diretiva internacional que obrigou os países aderentes a utilizarem desse nome para se dirigir à etapa do ciclo vital denominada velhice.
 - (D) estratégia acadêmica que viabilizou o surgimento de um corpo de conhecimentos específicos relacionado à velhice com facilitação para a obtenção de bolsas.
 - (E) confluência de determinados fatores históricos que entraram em cena no século XX, além de interesses econômicos, discursos políticos e disciplinas científicas especializadas.
-
34. A orientação a grupos sobre dependência e codependência na adição passa, segundo estudiosos da promoção da saúde e prevenção ao abuso de drogas, pela conscientização de suas consequências aos jovens, pais e educadores. NÃO aborda estratégias que auxiliam os jovens a lidar com o desenvolvimento de forma favorável:
- (A) o incentivo à autonomia e participação ativa nas interações ocorridas no ambiente da escola e da casa.
 - (B) o incentivo à competitividade e à obtenção de sucesso pessoal de forma individualista.
 - (C) o estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico e sentimento de autoeficácia.
 - (D) apoio à integração corpo, mente e emoção como forma de autoconhecimento.
 - (E) estimular a tomada de decisão responsável e a valorização da autopreservação.
-
35. Consta na *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10* que no diagnóstico diferencial entre o transtorno de somatização e o transtorno hipocondríaco, no transtorno de somatização, a ênfase está nos sintomas em si, em seus efeitos individuais e o paciente pede tratamento para eliminar os sintomas, enquanto no transtorno hipocondríaco a atenção é dirigida mais à presença de um processo mórbido subjacente sério e progressivo e às suas consequências incapacitantes e o paciente tende a pedir investigações para determinar ou confirmar
- (A) se é portador de doença mental.
 - (B) o número de doenças de que é portador.
 - (C) a natureza da doença subjacente.
 - (D) se é portador de doença rara.
 - (E) o tempo estimado para a cura da doença.
-
36. Segundo o *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5*, alucinações são experiências semelhantes à percepção que ocorrem sem um estímulo externo. São vívidas e claras, com toda a força e o impacto das percepções normais, não estando sob controle
- (A) metabólico e podem ocorrer em duas modalidades sensoriais concomitantemente, embora as alucinações visuais sejam as mais comuns na esquizofrenia e em transtornos paranoides.
 - (B) sistêmico e podem ocorrer em três modalidades sensoriais, embora as alucinações auditivas sejam as mais incomuns nos transtornos psicóticos e transtornos relacionados.
 - (C) voluntário e podem ocorrer em qualquer modalidade sensorial, embora as alucinações auditivas sejam as mais comuns na esquizofrenia e em transtornos relacionados.
 - (D) operante e podem ocorrer em qualquer modalidade sensorial, embora as alucinações olfativas e visuais sejam as mais comuns nas esquizotimias e em transtornos relacionados.
 - (E) imediato e podem ocorrer na modalidade auditiva e visual somente, sendo as alucinações visuais as mais comuns na esquizofrenia e em transtornos relacionados.



37. Márcia era solteira, tinha 32 anos, trabalhava em uma empresa multinacional como assistente financeira de uma equipe de trabalho, cursava pós-graduação. Chamava a atenção dos colegas de curso por irradiar imensa alegria, por vezes, parecendo excessivamente dramática, como se encenasse situações. Mostrava-se bastante impressionada com os conteúdos do programa. Participava de um subgrupo de estudos com mais 4 colegas. Aproximou-se especialmente de seu amigo Pedro, para quem reclamava, no decorrer das semanas, de diversas doenças e lesões (cair no estacionamento, torcer o pescoço ao olhar pela janela) que interferiam nas suas atividades de estudo e de trabalho. Desorganizava-se, deixando para a última hora tarefas que exigiam significativo planejamento; fazia promessas para outras pessoas que eram impossíveis de cumprir, embora ficasse obstinada por obter a aprovação delas; quando quebrava uma promessa, inventava mentiras para obter simpatia e compreensão; interrompia reuniões para falar de seu mais recente namorado, com grande entusiasmo; mantinha atitude de forte otimismo frente ao futuro amoroso, embora rapidamente mudasse de namorado, tendo planejado o casamento com a maioria deles, apesar de serem apenas conhecidos dela e de não manter fortes relações interpessoais; mostrava-se insinuante, especialmente para os professores do curso de sexo masculino, que acabavam por ajudá-la a resolver os problemas que ela havia criado por causa de sua desorganização.

Os sintomas desenvolvidos por Márcia indicam um transtorno de personalidade

- (A) histriônica.
- (B) borderline.
- (C) narcisista.
- (D) evitativa.
- (E) esquizotípica.

38. Claudia trabalhava há 10 anos como secretária executiva em uma indústria automobilística. Pela manhã, ao entrar nos corredores da empresa rumo à sua sala, tinha o hábito de cumprimentar sorrindo os demais funcionários em torno de sua passagem, pois a todos conhecia após tantos anos. Sentia como se as pessoas no trabalho formassem uma grande família profissional. Certo dia, quando cumprimentava uma das funcionárias, a funcionária virou de costas consternada, desmaiou caindo no chão, teve um mal súbito e faleceu. Claudia desesperada fez o que pode para socorrer a funcionária, mas não houve meio de salvá-la. A partir desta data, a chegada à empresa que antes lhe era tão prazerosa, passou a significar-lhe uma grande tormenta. Ia trabalhar sempre muito exausta, pois já há 2 meses passou a ter seu sono perturbado por insônia ou pesadelos, apresentava semblante assustado, havia perdido sua conhecida calma para solucionar problemas no trabalho e, às vezes, com questões bem mais simples, explodia em raiva, o que era novo para os demais funcionários, tão queridos por ela. Assumiu uma postura mais vigilante e quando alguém no corredor, ao acaso, virava-se de costas, Claudia mostrava sinais de tensão e feição angustiada. Se alguém no ambiente de trabalho tentava conversar com ela sobre seu comportamento, Claudia evitava o assunto. Há indícios de que o transtorno desenvolvido por Claudia corresponde ao transtorno de

- (A) ansiedade social.
- (B) estresse agudo.
- (C) ansiedade generalizada.
- (D) pânico e agorafobia.
- (E) estresse pós-traumático.

39. O assédio moral organizacional contempla interações entre o indivíduo e a organização ou a administração da empresa, as quais utilizam de violência e da hostilização, na formulação de procedimentos e políticas organizacionais, de modo

- (A) declarado e pejorativo, na forma de orientação autoritária, manifestada na figura de um chefe que é visto por todos de sua equipe como um ditador.
- (B) assertivo e pontual, na forma de mecanismos de dominação evidenciados, tendo que necessariamente existir um agressor personalizado.
- (C) dissimulado e sádico, na forma de submissão ofensiva, personificado em um agressor que sempre ocupará uma função de autoridade na hierarquia.
- (D) continuado e crônico, na forma de mecanismos de gestão abusivos, sem necessariamente existir um agressor personalizado.
- (E) perturbado e dissociado, na forma de *coaching* de carreira, sem necessariamente existir um assessor externo.

40. A palavra *burnout* é uma expressão da língua inglesa que significa queimar-se ou destruir-se pelo fogo. Quando utilizada no contexto ocupacional, transmite a ideia de que o indivíduo acometido por esse transtorno pode se sentir consumido ou queimado pelo seu trabalho, pois corresponde a uma síndrome psicológica decorrente de

- (A) esforços acentuados para corresponder a solicitações do gestor, sendo uma resposta unidimensional ao nível de exigência organizacional caracterizado por demandas da equipe.
- (B) tensão emocional crônica, sendo uma resposta multidimensional ao estresse caracterizada por comportamento e atitudes negativos em relação aos clientes, ao trabalho e à organização.
- (C) conflitos institucionais continuados, sendo uma resposta abusiva gerada por comportamento e atitudes de demanda presentes nos vínculos entre os setores organizacionais.
- (D) elementos geradores de conflito intergrupais, porém advindos de resposta aleatória e impulsiva aos processos organizacionais.
- (E) elementos agressivos presentes no contexto organizacional, sendo uma resposta contundente de protesto aos constrangimentos a que o trabalhador fica exposto.



41. O ciclo típico de intervenção ergonômica engloba quatro macros etapas distintas e complementares. Na etapa de "Avaliação e Replanejamento", o trabalho, comumente, consiste em realizar uma avaliação das soluções implantadas em termos de impactos para o bem-estar no trabalho/satisfação dos usuários, a eficiência e a eficácia de produtos e serviços;
- (A) acessar as fontes primárias e secundárias de informação disponíveis por meio de instrumentos diversos de investigação (análise documental, entrevistas, observações) e coletar as informações essenciais para construir as bases de compreensão elucidativa do problema de avaliação e/ou concepção.
 - (B) aplicar de forma participativa com os atores envolvidos e implicados, as soluções desenhadas e validadas na etapa de diagnóstico, formulando soluções de caráter aplicado.
 - (C) efetuar os ajustes técnicos, operacionais e administrativos que se revelem necessários; e prospectar a necessidade de replanejamento da intervenção ergonômica diante da evolução do sistema sociotécnico de trabalho ou das situações de uso de produtos.
 - (D) projetar o desenho de soluções e tratar e analisar os resultados obtidos, correlacionando-os com os elementos constitutivos da demanda inicial e as questões que orientaram o percurso metodológico da intervenção inicial e as questões que orientaram o percurso metodológico da intervenção ergonômica.
 - (E) conhecer e instruir a demanda de intervenção (objeto, foco, problemas) e estabelecer objetivos, os passos metodológicos, os instrumentos a serem empregados, os produtos a serem alcançados.
-
42. O registro da qualidade formal é uma das características mais importantes do processo de codificação no momento da avaliação das respostas obtidas na aplicação do Método de Rorschach. Isso se deve à necessidade
- (A) de aferirmos as respostas de movimento animal ou humano.
 - (B) de verificarmos a existência de respostas populares ou vulgares.
 - (C) da contagem de respostas em que haja a cor envolvida.
 - (D) do levantamento de traços psicopatológicos e de drogadição obrigatoriamente.
 - (E) de aferirmos como a pessoa apreende a realidade e seu esforço integrativo.
-
43. Pode-se dizer que o conceito de resistência foi introduzido cedo por Freud e que ele exerceu um papel decisivo no aparecimento da psicanálise, impulsionando-o a renunciar à hipnose e à sugestão, por causa da resistência que lhes apunham certos pacientes. Nesse sentido, a resistência corresponde a tudo o que, no decorrer do tratamento
- (A) psicanalítico, nos atos e palavras do analisando, se opõe ao acesso deste ao seu inconsciente.
 - (B) analítico, nas fantasias e emoções do analisando, se alinha ao acesso deste ao seu inconsciente.
 - (C) de elucidação dos sintomas, colabora com o acesso aos conteúdos conscientes e inconscientes.
 - (D) cognitivo do discurso do paciente, se põe como acesso aos conteúdos conscientes, pré-conscientes e inconscientes.
 - (E) analítico, nas somatizações ou ações do analisando, melhora o acesso deste ao seu inconsciente.
-
44. Dentre as abordagens em psicanálise que emergiram depois de Freud encontra-se a abordagem kleiniana que
- (A) analisou crianças neuróticas, não tendo se dedicado à análise de pacientes psicóticos.
 - (B) abriu as portas para a análise de crianças, por meio da técnica lúdica, com a utilização de brinquedos e jogos.
 - (C) destacou a descrição de uma angústia de preservação, além de fantasias secundárias inconscientes do bebê.
 - (D) introduziu o conceito de identificação projetiva, que embora já em desuso, auxiliou na compreensão do conceito de posição esquizoide e melancólica.
 - (E) não atribuiu importância às pulsões agressivas e aos ataques sádicos-destrutivos e sim a uma adquirida inveja.
-
45. Na psicanálise contemporânea, quer a individual quanto a grupal, os fenômenos da transferência e da contratransferência são considerados no processo analítico. No campo grupal, há distintas formas de a transferência se manifestar nos grupos, tanto a que é dirigida por um, individualmente, e todos diretamente em relação à pessoa do grupoterapeuta, quanto às transferências laterais, de cada um com
- (A) sua figura fantasmagórica.
 - (B) suas figuras parentais.
 - (C) as figuras significativas internalizadas.
 - (D) todos e vice-versa.
 - (E) seus respectivos possíveis irmãos.



46. Idalberto Chiavenato considera que a entrevista de seleção é a técnica de seleção mais utilizada e que a entrevista pessoal tem outras aplicações, como na triagem inicial do recrutamento, seleção de pessoal, aconselhamento e orientação profissional, avaliação de desempenho e desligamento, por exemplo. Esse autor aponta que uma diferença entre a entrevista de triagem e a entrevista de seleção é que a entrevista de triagem é
- (A) subjetiva e simples e serve para separar os candidatos que são mais motivados ao perfil dos cargos abertos daqueles candidatos que não apresentam perfil suficientemente motivado de acordo com o perfil esperado.
 - (B) estruturada e seletiva e serve para separar os candidatos que podem ser aceitos daqueles candidatos que não ficarão na espera por nova vaga em demanda futura.
 - (C) demorada e detalhada e serve para separar os candidatos que estão adequados ao processo seletivo daqueles candidatos que serão encaminhados a outras empresas, já que apresentam outros perfis organizacionais.
 - (D) rápida e superficial e serve para separar os candidatos que seguirão adiante pelo processo seletivo daqueles candidatos que não apresentam as mínimas condições desejadas.
 - (E) exigente e criteriosa e serve para separar os candidatos que atendem ao nível de exigência da empresa daqueles candidatos que não apresentam força egoica suficiente às condições desejadas.
-
47. Um programa de treinamento comportamental deve ter uma avaliação de sua eficiência, que necessita considerar dois aspectos: verificar se o treinamento produziu as modificações desejadas no comportamento dos empregados e se os resultados do treinamento apresentam relação com o alcance das
- (A) metas da empresa.
 - (B) verbas orçamentárias.
 - (C) ideologias sociais.
 - (D) modificações da qualidade de vida.
 - (E) modalidades hierárquicas.
-
48. Enrique Pichon-Rivière dedicou-se ao estudo de processos grupais e criou a técnica de grupos operativos, que se caracteriza por estar centrada em
- (A) um desafio, que pode ser concreto, imaginativo (neste sentido abrange os grupos de encontro), que estimule a criatividade de seus participantes, por exemplo.
 - (B) uma atividade, que pode ser aberta, com tempo determinado (neste sentido abrange os grupos terapêuticos breves), limitada em tempo e foco, por exemplo.
 - (C) uma tarefa, que pode ser a aprendizagem, a cura (neste sentido abrange os grupos terapêuticos), o diagnóstico das dificuldades de uma organização profissional, por exemplo.
 - (D) um debate, que pode ser de tema da atualidade, que expresse valores grupais (neste sentido abrange os grupos de reeducação), podem servir a treinamento de equipes, por exemplo.
 - (E) uma medida socioeducativa, que pode ser a inserção em instituição, a reinserção na família de origem (neste sentido abrange os grupos assistenciais), a busca de superação das dificuldades de adaptação social, por exemplo.
-
49. Dentre as diferentes modalidades grupais, encontra-se o "Grupo de Reflexão", técnica que implica em que se trabalhe com as seguintes quatro funções do Ego: percepção, pensamento, conhecimento e
- (A) simbolização.
 - (B) motricidade.
 - (C) imaginação.
 - (D) memória.
 - (E) comunicação.
-
50. Um determinado magistrado atuante em Vara de Família determina nos autos que seja realizado um estudo psicológico com a finalidade de dar elementos de convicção em assunto que envolve alteração no regime de visitação dos filhos menores. É correto afirmar que
- (A) o psicólogo nomeado pelo juiz deverá apresentar documento denominado laudo pericial baseado na Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 007/2003.
 - (B) a tarefa deve ser atribuída sempre a um psiquiatra que, de posse dos dados da avaliação psicológica fornecida por perito psicólogo, assinará o documento lançando seu nº de registro profissional (CRM) e o entregará aos pais.
 - (C) a relação custo-benefício deve ser ponderada e caso as partes ou a criança envolvida estejam em psicoterapia, o profissional poderá apresentar seu parecer que terá o valor de laudo pericial para o magistrado conforme prevê o ECA.
 - (D) o psicólogo deverá, com base em suas convicções teóricas, responder ao magistrado que o assunto não deve ser realizado por profissional da Psicologia e sim do Serviço Social e Psiquiatria exclusivamente, conforme prevê o Código de Ética das citadas categorias.
 - (E) conforme a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 007/2003, o psicólogo deve informar ao magistrado que apenas poderá responder quesitos formulados pelo membro do Ministério Público, visando à privacidade da família e em atenção ao Código de Ética profissional da categoria.



51. Mariana, psicóloga com alguns anos de formação clínica, possui dois sobrinhos, filhos de sua única irmã Miriam. Certo dia, em uma conversa familiar, Miriam informou a toda a família que as crianças estão sofrendo muito com a separação conjugal dela e do marido.
- Miriam foi casada com Ricardo e, após doze anos de relacionamento, o casal decidiu se separar. Comunicaram essa decisão aos filhos de 5 e 7 anos e resolveram que seriam pais amigos e presentes, o que motivou a opção pela guarda compartilhada. No entanto, após 1 ano da separação, Ricardo entrou com uma ação judicial de reversão da guarda para unilateral, sob a alegação que Miriam não estava dando permissão total para seu acesso aos filhos.
- O juiz determinou perícia psicológica e o ex-casal Miriam e Ricardo, de comum acordo, sugeriu que o trabalho fosse realizado pela psicóloga Mariana, pois ela conhecia melhor do que ninguém as crianças, a história do casal e poderia também oferecer melhores custos para a família que, naquele momento, atravessava dificuldades financeiras.
- Levando-se em consideração o Código de Ética Profissional do Psicólogo divulgado pelo Conselho Federal de Psicologia é correto afirmar que
- (A) a ponderação do custo-benefício deve ser imperiosa para o juiz na aceitação do nome da perita indicada pelas partes.
 - (B) Mariana não poderá assumir o encargo de ser perita ou avaliadora da situação, pois possui vínculos pessoais com a família solicitante.
 - (C) a vinculação pré-existente entre Mariana e a família, que ora lhe solicita a avaliação, trará maior clareza, profundidade e agilidade na análise que será apresentada ao juiz e, portanto, a tarefa pericial deve ser imediatamente iniciada por ela.
 - (D) a psicóloga Mariana não possui a especialidade solicitada na perícia, qual seja, avaliação de família em sofrimento e, portanto, necessitará solicitar um prazo maior ao juiz para a realização do trabalho.
 - (E) Mariana poderá apenas formular quesitos, entregá-los aos advogados das partes e, posteriormente, quando tiver conhecimento do laudo protocolado, respondê-los com o cuidado de indicar seu número de registro profissional.
-
52. Baseados em diversos estudos sobre memória, sabemos que as lembranças diminuem paulatinamente com o tempo. Assim, um entrevistador deve ser muito cuidadoso e habilidoso ao avaliar uma criança e seu testemunho, pois
- (A) a sugestionabilidade da criança e seu desejo de agradar o adulto são muito comuns.
 - (B) ela percebe o tempo sempre a partir de dados exatos em termos de cronologia.
 - (C) os critérios para validação de testemunhos de adultos e crianças devem ser sempre iguais.
 - (D) a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 10/2010 sobre princípios norteadores e referenciais técnicos na Escuta Psicológica de Crianças autoriza a inquirição de vítimas menores de idade em casos de maus tratos e abusos.
 - (E) o psicólogo como inquiridor deve atender aos preceitos do Código de Ética e do ECA, conforme dita a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 10/2010, que aborda sobre a escuta de crianças em situação de violência.
-
53. Sobre o trabalho de mediação de conflitos é correto afirmar que
- (A) não é um trabalho sigiloso, uma vez que as partes interessadas no processo, tal como o juiz e o promotor, devem participar ativamente conhecendo os detalhes da tentativa de autocomposição.
 - (B) é um processo de caráter sempre obrigatório no contexto jurídico brasileiro que visa à solução amistosa unicamente dos conflitos que envolvem filhos.
 - (C) a construção da solução é sempre feita apenas pelo mediador, que dará a palavra final no encaminhamento do caso.
 - (D) transcende a solução dos conflitos, dispondo-se a transformar o contexto adversarial em colaborativo.
 - (E) os mediados não devem manejar o próprio conflito, pois os mediadores, que são escolhidos pelo Poder Judiciário local, fornecerão as questões que deverão ser abordadas e os parâmetros jurídicos para tal.
-
54. A expressão *divórcio emocional* refere-se
- (A) à um dos itens da abordagem cognitivo-comportamental proposto na perícia psicológica determinada pelo Ministério Público.
 - (B) ao documento recebido pelas partes quando da finalização dos litígios travados nas Varas de Família.
 - (C) à uma das etapas previstas pelo Código de Processo Civil.
 - (D) à uma expressão utilizada pela legislação atual quando surgem impasses sobre a guarda e visitas dos filhos.
 - (E) à necessidade que os indivíduos possuem de resolverem o apego emocional.
-
55. Quando a guarda dos filhos for estabelecida de modo compartilhado entre os pais temos que
- (A) a criança residirá alternadamente na casa do pai e na casa da mãe de forma obrigatória, conforme divisão de tempo equitativo a ser estabelecido pelo juiz.
 - (B) a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses dos filhos.
 - (C) ainda que ambos os pais estejam aptos para o exercício do poder familiar, o juiz nunca poderá determinar o compartilhamento da guarda dos filhos se o casal de pais tiver formado outra família.
 - (D) os pais deverão obrigatoriamente residir no mesmo bairro da cidade, caso contrário, torna-se inviável o pleito da guarda compartilhada.
 - (E) as bases do compartilhamento da guarda ficarão sempre isentas de avaliação por equipe interdisciplinar.



56. A Lei Brasileira que dispõe sobre a Alienação Parental prevê
- (A) que o perito ou a equipe multidisciplinar designada pelo juiz para avaliação do caso terá prazo de 120 dias para a apresentação do laudo.
 - (B) tramitação prioritária do processo quando for declarado indício de ato de Alienação Parental.
 - (C) o imediato pagamento de multa aos pais envolvidos (alienado e alienador) quando da entrada da ação judicial que pleiteia mudança no regime de visitas.
 - (D) que quando um dos pais for morar em outras cidades com a criança, reiteradas vezes, não há que se falar em ato de Alienação Parental.
 - (E) que em hipótese alguma o genitor alienado poderá ter ampliada sua convivência com o filho.
-
57. Dentre as proposições de Edgar Morin, um dos autores que nos introduziu ao pensamento complexo, encontra-se que
- (A) a complexidade não aspira ao conhecimento multidimensional.
 - (B) complexidade é sinônimo de completude.
 - (C) qualquer sistema de pensamento está aberto e comporta uma brecha.
 - (D) nosso pensamento deve ser sempre concluído para ser complexo.
 - (E) o pensamento simplificador ajuda a integrar a complexidade do real.
-
58. Nos casos envolvendo violência contra mulheres podemos considerar a ocorrência de uma vitimização primária que é atribuída ao próprio agente que, com sua conduta, causa sofrimento físico ou mental à vítima. É preciso, porém, também considerar a existência de uma vitimização secundária, que pode ser reconhecida de modo direto
- (A) no desgaste apresentado pela perda do trabalho e condições econômicas.
 - (B) pela gravidez ou aborto espontâneo decorrentes da violência.
 - (C) pela morte da vítima.
 - (D) na perda do engajamento social que até então era mantido pela vítima antes da ocorrência da violência.
 - (E) no sofrimento causado pelas instituições encarregadas de fazer justiça ou do próprio Estado.
-
59. Em casos de violência praticada contra crianças e adolescentes, o profissional de saúde deve intervir de maneira diferenciada. Nesse sentido é correto afirmar:
- (A) A construção de políticas públicas atreladas à problemática da violência contra crianças e adolescentes não deve se basear jamais nas notificações de profissionais da saúde.
 - (B) O profissional de saúde deve imediatamente realizar um Boletim de Ocorrência e passar o caso para outro colega, conforme prevê as regras do funcionamento dos Conselhos Tutelares brasileiros instituídas pelo Ministério da Educação.
 - (C) A notificação da violência contra crianças e adolescentes não deve ser realizada por profissionais de saúde, pois a manutenção do sigilo da relação é imperiosa e pode macular a vinculação terapêutica.
 - (D) Somente cuidar das lesões causadas por esse fenômeno não é suficiente e por isso os profissionais são solicitados também a notificar a violência ao Conselho Tutelar sem prejuízo de outras providências legais, seja em casos suspeitos ou confirmados.
 - (E) O profissional de saúde não deve assumir o papel de ator fundamental na rede de proteção à infância e adolescência, cabendo a ele apenas a comunicação policial dos casos confirmados de violência sexual praticados por adultos consanguíneos.
-
60. Nos casos envolvendo abusos sexuais infantis que ocorrem dentro da própria família é correto afirmar:
- (A) São patologias atreladas unicamente ao funcionamento familiar, não podendo ser entendidas como um problema de saúde pública.
 - (B) Há invariavelmente a convivência do ambiente escolar da vítima.
 - (C) É comum a chamada Síndrome do Segredo, o que dificulta a intervenção.
 - (D) Não pode ser atribuído a aspectos da transgeracionalidade já que por vezes há um padrão de comunicação distorcido que é aprendido pela criança.
 - (E) A situação deve ser tratada unicamente sob o aspecto criminal, punindo-se o abusador confesso.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo 11: 11.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 11.5 Será atribuída nota ZERO à Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos Conteúdo, Estrutura e Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter classificatório e eliminatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Diversas cidades europeias estão em alerta diante das agressões contra turistas e do mal-estar dos habitantes locais, que consideram que o crescimento do turismo representa exploração sem controle e elevação de preços, especialmente os de moradia. No entanto, a polêmica se torna um dilema para a indústria do setor que, em países como Itália, por exemplo, representa mais de 10% do Produto Interno Bruto. Por outro lado, cidades como Amsterdã pretendem elevar os preços justamente como medida regulatória para evitar o turismo predatório.

(Disponível em: oglobo.globo.com, com adaptações)

Considerando o que se afirma acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30